

Comissão surpreende e reduz mandato de Sarney

Apesar dos apelos do Governo, quarenta e oito membros da Sistematização votaram por 4 anos

Por 48 votos favoráveis — entre os quais, surpreendentemente, o do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e 45 contrários, a Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte decidiu ontem fixar em quatro anos o mandato do presidente José Sarney, estabelecendo que o mesmo terminará em 15 de março de 1989, o que pressupõe a realização de eleições presidenciais diretas em novembro de 1988. A deliberação se deu em torno da emenda assinada em co-autoria pelos deputados Jorge Hage (PMDB-BA), José Maria Eymael (PDC-SP) e Haroldo Lima (PC do B-BA), votada em clima de suspense e de constante manifestação dos parlamentares favoráveis aos 4 anos e das galerias.

Nem mesmo uma mensagem de última hora, anunciada como uma carta, do presidente José Sarney e lida pelo presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), foi capaz de garantir-lhe um mandato de cinco anos, no qual tem insistido com veemência. Na mensagem, Sarney não fez qualquer pedido ou ameaça, mas simplesmente se declarou disposto a satisfazer os anseios de conciliação do povo brasileiro. O conteúdo do curto texto chegou a ser entendido com uma aceitação antecipada do resultado da votação, qualquer que fosse ele.

E para que esse resultado fosse respeitado como a verdadeira vontade dos constituintes, a votação eletrônica foi dispensada e reiniciada pelo processo de chamado nominal, depois que o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) denunciou que o seu voto aparecia errado no painel eletrônico. "Eu tenho certeza de que votei sim e no painel aparece não", disse ele, pedindo que fosse repetida a votação. Foi a oportunidade para que alguns parlamentares mudassem o seu voto e alterassem também o resultado parcialmente divulgado, com empate entre as duas posições: 31 sim e 31 não, sem contar os votos dos titulares que costumadamente deixam de aparecer no painel e são chamados nominalmente para registrá-los, posteriormente.

A defesa dos quatro anos de mandato para o presidente Sarney foi feita pelo senador José Richa (PMDB-PR) e Mário Covas (PMDB-SP), enquanto a manutenção do texto foi sustentada por pronunciamentos do senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e do deputado José Lourenço (PFL-BA). Mas a aprovação do destaque foi ainda reforçada pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), que depois de deixar todos em suspense sobre qual realmente seria a sua posição, terminou manifestando-se contrário ao seu próprio texto e pela aprovação da emenda. "Não posso confundir a minha amizade com o presidente Sarney com a minha consciência", disse ele ao final de sua fala, recebendo aplausos da torcida dos quatro anos.

"FALTA CLAREZA"

O primeiro a falar foi Richa, ocupando a vaga cedida por um dos autores da emenda, Jorge Hage, que aproveitou para comunicar que a matéria em votação era também de autoria "de todos partidos e forças políticas que querem lutar pelo restabelecimento do direito da população escolher o seu próprio Presidente". Richa começou lembrando que "o povo espera uma nobre decisão nossa" e prosseguiu argumentando que Sarney estava cometendo um erro de interpretação, ao invocar o direito de não ser discriminado, já que a Sistematização havia aprovado mandato de cinco anos para os próximos Presidentes a serem eleitos. "Ele tem que ter a compreensão de que é apenas o chefe da transição", afirmou Richa, acrescentando que "essa falta de clareza" de Sarney foi a responsável pela implosão da Aliança Democrática. Ressaltou que, se até aquele momento, com todas as nossas diferenças partidárias, pessoais e ideológicas, os parlamentares foram capazes de produzir entendimentos satisfatórios à Nação, não precisariam receber interferências para produzir um entendimento sobre o mandato do atual Presidente da República. "E, sob aplausos e gritos de 'diretas, já!', ele encerrou o seu discurso dizendo: 'A única saída, se o Presidente não quer um entendimento conosco, é mudarmos o Presidente'".

Em seguida, Afonso Arinos deixou na presidência da Mesa

o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e ocupou a tribuna, para fazer a primeira defesa do texto do substitutivo. A sua maneira, calmo como um professor que ensina a lição a um adolescente, o velho Arinos iniciou sua fala respondendo a umas poucas vaias que lhe foram dirigidas da galeria: "Eu compreendo porque estou habituado a estes espetáculos. E o êxito do orador não depende de si mesmo, mas do seu desempenho, e de sua sinceridade. Não tenho a intenção de transformar esse estado de espírito, mas a batalha não vale só pela vitória, mas também pela justiça".

E toda a sua fala se deu em clima quase que exclusivamente dessa tese, garantindo que "qualquer que seja a decisão, a defenderei através da vitória ou da derrota, não com a força da juventude, mas com a esperança da velhice". Segundo o senador, a aprovação de um mandato de quatro anos seria a condenação do sistema parlamentarista já aprovado pela Comissão de Sistematização, pois desencadearia, já no início do próximo ano, a campanha para a eleição de um Presidente da República, enquanto a Assembleia Nacional Constituinte ainda estaria votando, no seu plenário, o sistema parlamentarista. "Nós vamos ter uma campanha presidencialista, dentro de um regime parlamentarista", concluiu.

O DOM DE COVAS

Mesmo antes de começar a falar, o senador Mário Covas foi entusiasticamente aplaudido, não só por se dispor a fazer a defesa de um mandato de quatro anos para Sarney, o que vinha ao encontro da vontade das galerias, mas principalmente por ter sido a primeira vez que ocupava a tribuna, depois do seu longo afastamento da Constituinte. E mesmo sem ter tido a oportunidade de votar, já que é suplente da Sistematização e nenhum dos titulares deixou de registrar o seu voto na primeira chamada, Covas pode ser colocado como um dos principais responsáveis pelo resultado da votação, confirmando mais uma vez a força da sua oratória.

Para começar, ele ressaltou a fala de Afonso Arinos, quando disse que preferia a justiça que a vitória, e acrescentou: "Mas eu prefiro a vitória com justiça". E, lembrando ainda o famoso político francês Chateaubriand, ele repetiu: "Trago a esta Comissão a minha palavra, a minha verdade e a minha cabeça". A seguir, Covas se colocou como testemunha do dia em que o ex-presidente Castello Branco foi ao Congresso, assim que assumiu o comando do regime militar recentemente implantado no País, para garantir que dentro de um ano voltaria àquela Casa para comunicar o fim do período de exceção e anunciar eleições livres e diretas.

"A partir daí, foi uma longa noite escura", disse ele, lembrando ainda o movimento das "Diretas Já", "que uniu milhões e milhões de brasileiros", e a disposição do povo de passar para os parlamentares a autoridade de eleger o tão esperado Presidente da República. "Aquele aliança foi feita para que chegássemos a cumprir a tarefa de transição e devolvêssemos ao povo o direito de ele mesmo eleger o seu Presidente. Este Governo não foi caracterizado para ser medido em tempo". E, para reforçar seus argumentos, ainda leu trechos de uma matéria jornalística, onde o ex-presidente Tancredo Neves afirmava que não aceitaria um mandato com tempo determinado, transferindo essa competência para o futuro Congresso Constituinte que seria convocado.

Encerrando sua fala, Mário Covas foi buscar apoio no que ele mesmo reconheceu ser uma "cínica" afirmação de Anatole France, atribuída a uma freira: "Oh, Madona! Vós que fostes capaz de conceber sem pecar, me ajudai a pecar sem conceber". Mas ao ser aplaudido, ele respondeu que "a causa aspira a críticas e não a aplausos".

DIRETAS PARA TODOS

O último a falar em defesa do texto, que previa seis anos de mandato para Sarney (só no último momento descobriu-se que não havia na Sistematização uma só emenda fixando mandato de cinco anos para o atual Presidente da República) foi o senador José Lourenço que

abriu sua fala gritando "Diretas, Já!" para todos e não só para um. Com isso, ele, ficou depois impedido de continuar por alguns minutos, pela manifestação ruidosa das galerias e plenário e o acioner ininterrupto da campanha do presidente da Mesa, exigindo silêncio. Ele argumentou que havia assinado uma emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), fixando eleições diretas para todos, em todos os níveis. "Mas ela teve poucos adeptos", afirmou Lourenço.

O SUSPENSE DE CABRAL

Em nome da relatoria, Afonso Arinos chamou para falar o senador Fernando Henrique Cardoso, o que provocou agitada manifestação de repúdio dos constituintes defensores da tese dos seis anos. A decisão, interpretada como uma alteração no Regimento, pois Fernando Henrique não é ao menos relator-adjunto, teve que ser revista e foi entendida até mesmo por Henrique Cardoso, que já havia assumido posição na tribuna e aproveitou para registrar rapidamente a sua intenção de voto e pedir aos seus companheiros que votassem pelos quatro anos.

Bernardo Cabral só deixou transparecer sua posição ao final de sua fala, quando disse que não poderia deixar de ser coerente com o seu passado, anunciando em seguida sua posição contra seu próprio texto e a favor da emenda de Jorge Hage. "Não posso confundir a minha amizade com o presidente José Sarney com a minha consciência política". Antes disso, ele parecia criticar os defensores dos quatro anos, afirmando que na Constituinte não havia lugar para posições "demasiadamente oportunistas". Mas, a tensão que predominava no plenário e galerias foram substituídas por aplausos eufóricos, quando, já ao final de seu discurso, opinou favoravelmente à emenda.

A "CARTA DE SARNEY"

Depois disso, Afonso Arinos comunicou que faria a leitura de uma carta encaminhada à Constituinte pelo presidente José Sarney. O protesto foi imediato. Haroldo Lima (PC do B-BA) disse "não devia se permitir que haja influência do Poder Executivo, na hora em que a Assembleia está votando o seu próprio mandato". Mas Arinos, dentro do seu mais puro estilo, retrucou: "Vou ler, sim. A carta não tem nada de pedido, nem de súplica ou queixa. É uma coisa que ninguém pode deixar de ouvir".

A seguir, ele leu a carta: "Estou pronto para um diálogo visando a conciliação nacional. Jamais serei impedimento para que isso ocorra. O meu sofrimento e angústia decorrem da interpretação errônea que estão dando, de que busco, num sentimento menor, obter a simples prorrogação de meu mandato".

Imediatamente, Arinos colocou a emenda em votação, mas devido ao erro registrado no voto de Egídio Ferreira Lima, pedindo que fosse repetida a votação, o presidente da Mesa decidiu abandonar o processo eletrônico, dando início à chamada nominal dos membros titulares da Sistematização, enquanto do painel se apagava o resultado dos 62 parlamentares que já haviam registrado sua posição, antecipando que qualquer das correntes poderia vencer, mas com uma margem muito pequena de votos. Até então, eram 31 sim e 31 não.

Dai em diante, a disputa foi acirrada, ora o sim ficando na frente alguns poucos votos, ora o não ficando na dianteira igualmente com pequena diferença. E ao se completar a chamada dos membros dos dois partidos com maior representatividade na Comissão, ainda não se podia prever o desfecho final. O pique do suspense foi atingido quando novamente se estabeleceu um empate, com 43 votos para cada lado, e a grande explosão que uniu plenário e galerias se deu com o voto de Jamil Haddad (PSB-RJ), dando os 47 votos mínimos necessários para a aprovação da emenda.

O resultado final — 48 votos sim, 45 não e nenhuma abstenção, tendo votado todos os titulares — teve seu anúncio comemorado, em razão da eufórica comemoração. Deputados se abraçavam e até choravam. "Agora se apurou a verdade. E um belo espetáculo democrático. Precisamos acreditar na democracia", disse Afonso Arinos, anunciando o encerramento da sessão.

Autor da emenda já pensa no Plenário

que Richa fez foi inverter a tática do Palácio, fazendo aprovar os quatro anos para, no plenário, chegar a um entendimento em favor do parlamentarismo, com cinco anos de mandato.

Para o deputado Jorge Hage, voltar aos cinco anos seria muito arriscado. Ele argumenta que "um ano a mais para o presidente José Sarney pode significar o caos, até porque estaremos matando, mais uma vez, a esperança do povo, que se reaceando com essa votação".

O constituinte baiano, que diz se sentir "mais leve, mas ainda não dá para descansar", observou que a aprovação de sua emenda foi importante porque decretou o fim da transição e do período de perplexidade de uma Nação que já estava à deriva. O objetivo agora, afirmou, "é aprovar o parlamentarismo com quatro anos".

Sobre a deflagração da cam-

panha presidencial, Jorge Hage entende que "isso é inevitável" mas, ao mesmo tempo, entende que "ainda é cedo para se cogitar nomes, porque é preciso, primeiro, consolidar essa vitória no plenário".

SELEÇÃO

Acha cedo mas, dos presidenciais do PMDB, seleciona os nomes que mais se aproximam do seu pensamento político e do grupo a que pertence, o Movimento de Unidade Progressista (MUP). São eles os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, e o governador Waldir Pires.

O candidato, segundo Jorge Hage, deve ter convicções parlamentaristas, o que eliminaria, de cara, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e o governador Orestes Quércia: "A não ser que eles se convertam ao parlamentarismo".

MARCOS HENRIQUE



Dado o 47º voto, os partidários dos quatro anos comemoram, enquanto Covas prefere não se expor

Governadores bancam o jogo

A. C. SCARTEZINI
Especial para o CORREIO

O presidente Sarney perdeu a votação do seu mandato porque não conseguiu controlar três votos decisivos que estiveram disponíveis às negociações de última hora: o do PMDB, o do deputado baiano Celso Dourado, que acabou convencido pelo governador Waldir Pires a votar nos quatro anos; o PFL, o do senador gaúcho Carlos Chiarelli, que preferiu partir para uma revanche pessoal com Sarney; e o PTB, o do deputado paulista Francisco Rossi, conservador a espera de um negócio que não veio.

Na tabela de votação, os quatro anos venceram por uma diferença de três votos mas, na realidade, Sarney perdeu por apenas um voto: o senador Antônio Farias (PMB-PE), último a votar, ia ficar com os cinco anos, mas preferiu engrossar a corrente dos quatro quando ela se tornou vitoriosa com o voto, na sua frente, do senador Jamil Haddad (PSB-RJ).

PMDB

O PMDB participou com 49 votos, a maioria da Comissão de Sistematização, que serviram para uma derrota fragorosa de Sarney; 31 a 18. A responsável pela derrota foi a esquerda com 28 votos. Mas a ação da esquerda contou com a participação fundamental dos governadores de Pernambuco, Miguel Arraes; e da Bahia, Waldir Pires.

Quem ganhou e quem perdeu

O resultado da votação em torno do mandato do Presidente José Sarney foi considerado uma derrota para vários políticos, como os Ministros Aureliano Chaves (Minas e Energia), Antonio Carlos Magalhães (Comunicações), Prisco Vianna (Desenvolvimento Urbano), deputados Ulysses Guimarães (PMDB-SP), Carlos Sant'Anna e José Lourenço, todos empenhados nos cinco anos.

Venceram, porém, os senadores Mário Covas (PMDB-SP),

Comandou Miguel Arraes a votação mágica dos pernambucanos a favor dos quatro anos, com quatro votos: Cristina Tavares, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Lyra e Maurílio Ferreira Lima. A atuação do governador reproduziu-se especialmente com a retirada de Oswaldo Lima Filho da Comissão para ceder a vaga a Maurílio Ferreira Lima, que votaria nos quatro anos.

Com o apoio de Waldir Pires, a bancada da Bahia concedeu cinco votos aos quatro anos de mandato de Sarney: Abigail Feitosa, Celso Dourado, Francisco Pinto, Mário Lima e Virgildácio de Senna. Apenas o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, permaneceu fiel a Sarney e votou nos cinco anos de mandato.

Colaborou com o Presidente o governo de Minas, que mobilizou quatro votos no Estado pelos cinco anos: Alfredo Campos, José Geraldo, José Ulysses de Oliveira e Milton Reis. O governador de São Paulo, Orestes Quércia também deu sua colaboração com dois votos a Sarney: Manoel Moreira e Theodoro Mendes. No Ceará, o governador Tasso Jereissati contribuiu com o voto de Raimundo Bezerra.

Garantiu o ministro da Agricultura, Iris Rezende, o único voto que o PMDB de Goiás tinha na Comissão de Sistematização: José Freire votou pelos cinco anos. Mas o governador José Aparecido não conseguiu levar para os cinco anos o voto do seu

amigo Carlos Mosconi, de Minas.

OUTROS PARTIDOS

O PFL participou com 24 votos: 19 aos cinco anos e cinco para os quatro. Nessa conta, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, assegurou seis votos aos cinco anos: Christovam Chiarada (MG), Inocêncio de Oliveira (PE), José Jorge (PE), José Santana de Vasconcelos (MG), Mário Assad (MG) e Oscar Correa (MG). O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, entrou com dois, ambos da Bahia: Eraldo Tinoco e Luis Eduardo.

O PDS também se dividiu: entrou com seis votos, dos quais apenas Antônio Carlos Konder Reis (SC) ficou com quatro anos. O PDT entrou com três votos e deu todos aos quatro anos. O PTB participou com três votos, entre os quais somente Francisco Rossi (SP) preferiu quatro anos. O PT entrou com dois, ambos aos quatro anos. O PL tinha um voto e o entregou aos cinco anos. O PDC também tinha um voto, que foi para os quatro.

Os dois partidos comunistas, PC do B e PCB, tinham um voto cada e ambos foram aos quatro anos. O PSB decidiu a disputa a favor dos quatro anos com o seu único voto, o de Jamil Haddad (RJ). Enfim, o PMB, senhor de um voto, o de Antônio Farias (PE), mudou sua posição para ficar com os vitoriosos.

do. Sua previsão era de no mínimo 50 votos por cinco anos. Talvez chegasse aos 52.

Mais desolado do que Dado Coimbra só o deputado Adilson Motta (PDS-RS). Ele não se conformava que dos seis representantes do PDS, cinco tivessem votado pelo mandato de cinco anos. Suplente, defensor da redução para quatro anos, Adilson observava: "Vai haver muitas consequências. Entre elas a de que o PDS acabou votando de jeito".

O Presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), não sabia o que fazer após o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) ter denunciado que seu voto havia saído incorreto no painel eletrônico. A assessoria recomendou repetir a votação eletrônica, porém o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) defendeu a chamada nominal. Prevalceu o senador.

outros parlamentares, na maior festa até o voto de Jamil Haddad. A votação eletrônica foi anulada, mas seus efeitos ficaram.

Francisco Rossi votou pelos quatro anos, assim como vários parlamentares do PFL que até há pouco eram vistos como partidários fechados de Sarney, casos de Mendes Thame (PFL-SP) e Carlos Chiarelli (PFL-RS), líder do partido no Senado. Havia quem contasse com Francisco Dornelles (PFL-RJ) para os cinco anos, mas o voto do sobrinho de Tancredo, que não escondia sua antipatia pelo Presidente desde os tempos em que era ministro da Fazenda, nunca foi dúvida para os cinco anos.

Depois dos votos do PDS, quando apenas Konder Reis (PDS-SC) apoiou os quatro anos, o suplente Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), deu o jogo como terminado. Para isso pediu o voto dado, logo em seguida, por Francisco Rossi. Os outros dois petebistas, Gastão Righi e Joaquim Bevilacqua, votaram pelos cinco anos, mais, dizia Israel, "agora é só gente do lado de lá".

Para isso pesava a decisão de Siqueira Campos, do PDC, que dera pouco antes uma entrevista afirmando que ficaria com os quatro anos, embora pudesse "perder milhões". Ele defendia, antes de mais nada, a criação do Estado do Tocantins e procura obter o apoio do governo para ela. Depois, aliás, o Tocantins seria aprovado com os votos dos partidários dos quatro anos. Mas a essa altura, a Sistematização já se definira quanto à duração do mandato de José Sarney.



Sandra e Dourado: votos decisivos



ção pelos quatro anos. Desvaneceram-se as esperanças do Planalto de contar com Virgildácio Senna e Francisco Pinto, que contavam com cargos federais. Se Celso Dourado concordasse com a inclusão de seu nome, o voto estaria assegurado.

Para isso pesou a cobertura do governador Waldir Pires. Assim como Miguel Arraes apoiara os quatro anos — admitindo inclusive mandar de volta para a Câmara seu secretário da Indústria e Comércio Marcondes Queiroz de modo a deslocar o suplente Oswaldo Lima, partidário dos cinco anos — Pires chegou a despachar seu representante em Brasília, Carlos Meirelles, para convencer Dourado.

Minutos antes da votação, o documento dos baianos era lido e trazia o nome de Celso Dourado. Mesmo assim, o jogo não estava definido. Parte dos articu-